



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

EXPEDIENTE – CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS ATÉ 12/8/2026

- ✓ OFÍCIO 13120/26 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. CRITÉRIOS DE RATEIO. LEI COMPLEMENTAR N. 143/2013. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE. MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS INCONSTITUCIONAIS ATÉ 31.12.2025 OU SUPERVENIÊNCIA DE NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA. AUSÊNCIA DE NOVA LEGISLAÇÃO. DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR PELA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REFERENDO PELO PLENÁRIO. MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INCONSTITUCIONAIS ATÉ 1º.3.2026. EXAURIMENTO DO PRAZO COM CONTÍNUA INAÇÃO CONGRESSUAL. DEFERIMENTO, EM PARTE, DE MEDIDA CAUTELAR.
- ✓ OFÍCIO 236/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUVA - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO, DE AUTORIA DO VEREADOR KLAUS EDUARDO LENNERTZ E APROVADA POR ESTA CÂMARA MUNICIPAL, QUE MANIFESTA TOTAL APOIO INSTITUCIONAL À APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5.264/2025.
- ✓ CARTA DO SR. ANDRÉ LUIZ GOMES, QUE ENVIA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROTOCOLO NACIONAL DE SEGURANÇA BANCÁRIA – "REDE ESCUDO".
- ✓ CARTA Nº 60/2026 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE PESCADOS – ABIPECA, ENTIDADE REPRESENTATIVA DO SETOR INDUSTRIAL PESQUEIRO NACIONAL, QUE SOLICITA APOIO INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO SENADO FEDERAL EM FAVOR DA INCLUSÃO DOS PRODUTOS BRASILEIROS DE PESCADO NA LISTA DE EXCEÇÕES ÀS NOVAS TARIFAS PROPOSTAS PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

- ✓ CARTA DO SR., CRISTIANO DA SILVA PALMA QUE ENVIA SUBSÍDIO TÉCNICO-INSTITUCIONAL, CONSUBSTANCIADO EM MINUTA DE REQUERIMENTO PARA A COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL, VISANDO SOLICITAR INFORMAÇÕES AO BANCO CENTRAL DO BRASIL E AO MINISTÉRIO DA FAZENDA ACERCA DA VIABILIDADE JURÍDICA, OPERACIONAL E FINANCEIRA DE UMA DIVERSIFICAÇÃO MARGINAL E COMPLEMENTAR DAS RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS.
- ✓ OFÍCIO 711/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO QUE EXPRESSA O POSICIONAMENTO DESTES PODERES LEGISLATIVO EM RELAÇÃO AO PROJETO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA PROPOSTO PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA, MANIFESTANDO PREOCUPAÇÃO COM SEUS IMPACTOS E APRESENTANDO APELO PARA QUE SEJAM CONSIDERADAS AS DEMANDAS E OS INTERESSES DA POPULAÇÃO CATARINENSE.
- ✓ OFÍCIO 197/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 4.033, DE 2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL MARCOS POILON (PL/MS), QUE ALTERA A LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, PARA DISPOR SOBRE CRITÉRIOS DE INDENIZAÇÃO NA ENTREGA VOLUNTÁRIA DE ARMAS DE FOGO.
- ✓ OFÍCIO 197/26 DA ASSIMPI — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SIMPISINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUE ENCAMINHA MANIFESTAÇÃO SOBRE A OPOSIÇÃO AO REAJUSTE DO TETO DE ENQUADRAMENTO DO MEI E DO SIMPLES NACIONAL.
- ✓ OFÍCIO 14444/26 DO STF O QUAL ENCAMINHA DECISÃO QUE DEFERIU PARCIALMENTE O PLEITO PARA MANTER A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NOS INCS. II E III E DO § 2º DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR N. 62/1989, ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 143/2013, POR TRINTA DIAS, CONTADOS DE 1º.6.2026, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS; E B) RESOLVEU A QUESTÃO DE ORDEM PARA MANTER A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NOS INCS. II E III E DO § 2º DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR N. 62/1989, ALTERADOS PELA LEI COMPLEMENTAR N. 143/2013, ATÉ 30.06.2027, PRAZO IMPRORROGÁVEL, OU ATÉ A SUPERVENIÊNCIA DE NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE A MATÉRIA, SE SOBREVIER ANTES DAQUELE TERMO, SUBMETENDO O PRESENTE

PROCESSO AO NÚCLEO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS DA PRESIDÊNCIA DESTE SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA A FORMAÇÃO DE CONSENSO SOBRE A FORMA DE APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS LEGALMENTE ESTABELECIDOS, NA PARTE CONSIDERADA VÁLIDA POR ESTA CASA. POR FIM, ULTRAPASSADO AQUELE PRAZO SEM SOLUÇÃO LEGISLATIVA QUE SE HARMONIZA AO QUE DECIDIDO POR ESTE SUPREMO TRIBUNAL, FOI DETERMINADO QUE OS RECURSOS DO FPE SEJAM DISTRIBUÍDOS PROPORCIONALMENTE AOS COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO OBTIDOS DA COMBINAÇÃO DOS FATORES REPRESENTATIVOS DA POPULAÇÃO E DO INVERSO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA, NOS TERMOS DA PARTE FINAL DO INC. III DO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR 62/1989, ATÉ A EDIÇÃO DE LEI QUE ESTABELEÇA CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO COMPATÍVEIS COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CASA. TUDO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA, MINISTRA CÁRMEN LÚCIA. PRESIDÊNCIA DO MINISTRO EDSON FACHIN. PLENÁRIO, 17.6.2026.

- ✓ OFÍCIO 184/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 241, DE 2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO FCDERIL LAPITÃO AUGUSTO (PL/SP), QUE ALTERA O DECRETO-LEI Nº 667/1969, QUE REORGANIZA AS POLÍCIAS MILITARES E OS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES DOS ESTADOS, DOS TERRITÓRIOS E DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- ✓ OFÍCIO 41/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ - SP QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.942/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL ALIEI MACHADO (PV/PR), QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TURISMO (SENATUR) E DO COMITÊ INTERSETORIAL DE INVESTIMENTO NO TURISMO, BEM COMO AO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO ISNALDO BULHÕES JR., QUE OBJETIVA ACELERAR SUA TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SUPRIMINDO O DEBATE APROFUNDADO NAS COMISSÕES TEMÁTICAS.
- ✓ OFÍCIO 486/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – PRESIDENTE DA REPÚBLICA, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA –

MINISTRO DA SAÚDE, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DAVI ALCOLUMBRE – PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR HUGO MOTTA – PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E À EXCELENTÍSSIMA SENHORA LUCIENE FONTES SCHLUCKEBIER BONAN – PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (CONITEC), PARA UM ESTUDO DE VIABILIDADE PARA A INCORPORAÇÃO DA ADRENALINA AUTOINJETÁVEL AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) E SUA DISTRIBUIÇÃO EM TODOS OS ENTES FEDERADOS, COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO À VIDA E DE ENFRENTAMENTO ÀS EMERGÊNCIAS ALÉRGICAS GRAVES.

- ✓ AVISO Nº 513 - GP/TCU, QUE ENCAMINHA CÓPIA DO ACÓRDÃO Nº 1453/2026 (ACOMPANHADO DA RESPECTIVA INSTRUÇÃO TÉCNICA) PROFERIDO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE DE CONTAS, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 10/6/2026, AO APRECIAR O PROCESSO TC-021.835/2025-0, DA RELATORIA DO MINISTRO BENJAMIN ZYMLER. OS MENCIONADOS AUTOS TRATAM DE REPRESENTAÇÃO, COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, FORMULADA PELO SENADOR DA REPÚBLICA ROGÉRIO MARINHO (PL/RN), A RESPEITO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA (MP) Nº 1.307/2025.
- ✓ NOTA SEI nº 15/2026/CNDM-MULHERES, DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM, ÓRGÃO COLEGIADO DE NATUREZA CONSULTIVA E DELIBERATIVA, CRIADO PELA LEI Nº 7.353, DE 29 DE AGOSTO DE 1985, E VINCULADO AO MINISTÉRIO DAS MULHERES, MANIFESTA SEU APOIO ÀS MULHERES POLICIAIS BRASILEIRAS E ÀS INICIATIVAS LEGISLATIVAS VOLTADAS À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, DA DIGNIDADE PROFISSIONAL E DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA.
- ✓ OFÍCIO 74/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ - SP QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.417/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL POMPEO DE MATTOS (PDT-RS), QUE ALTERA A LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 (LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS), PARA VEDAR A SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC ENQUANTO HOUVER RECURSO ADMINISTRATIVO PENDENTE DE DECISÃO DEFINITIVA.

- ✓ OFÍCIO 210/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 6.819, DE 2010, DE AUTORIA DO SENADOR PAULO PAIM (PT/RS), QUE ALTERA A LEI Nº 8.234, DE 17 DE SETEMBRO DE 1991, PARA DISPOR SOBRE A JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS NUTRICIONISTAS.
- ✓ OFÍCIO 227/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 5.145, DE 2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES (PDT/RJ), QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE SENSORES DE MONITORAMENTO CONTINUO DE GLICOSE PARA PESSOAS COM DIABETES MEILITUS TIPO 1, NO AMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAUDE (SUS), E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
- ✓ OFÍCIO CNTC 036-2026 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO (CNTC), QUE EFETUA SOLICITAÇÃO DE MEDIDAS PARA PROTEÇÃO DAS FAMÍLIAS TRABALHADORAS DIANTE DOS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E PSICOLÓGICOS DAS APOSTAS ESPORTIVAS E DOS JOGOS ONLINE.
- ✓ OFÍCIO 496/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À LUDOPATIA DIGITAL, DESTINADO AO ENFRENTAMENTO DOS IMPACTOS SOCIAIS, FINANCEIROS, FAMILIARES E PSICOLÓGICOS DECORRENTES DAS APOSTAS ELETRÔNICAS E JOGOS DE AZAR ONLINE, VISANDO À PROTEÇÃO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO, À PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS, AO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PREVENTIVA E AO DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS.
- ✓ OFÍCIO 796/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO Á ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE DIRETRIZES NACIONAIS UNIFICADAS PARA O RECONHECIMENTO DA FIBROMIALGIA, ASSEGURANDO TRATAMENTO ISONÔMICO ÀS PESSOAS ACOMETIDAS POR ESSA CONDIÇÃO NO ACESSO AOS DIREITOS, BENEFÍCIOS E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS DESTINADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
- ✓ OFÍCIO 1028/26 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE QUE ENCAMINHA MANIFESTAÇÃO INSTITUCIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE

SAÚDE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 5.478, DE 2025 QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL (PNDL).

- ✓ OFÍCIO 54/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUI - RS QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.686/2025, DE AUTORIA DA DEPUTADA FEDERAL ANY ORTIZ, QUE ESTABELECE MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE CLIMÁTICA COM AJUSTES NA LEI Nº 14.711/2023; E AO PROJETO DE LEI Nº 5.681/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL SANDERSON, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE MEDIAÇÃO PREVIA EM CONTRATOS FINANCEIROS ANTES DA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL.
- ✓ OFÍCIO 54/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAMBORÊ-PR, QUE ENCAMINHA NOTA DE REPÚDIO SOBRE O ATUAL CRÉDITO RURAL BRASILEIRO.
- ✓ CARTA S/Nº DA CNBB, QUE SOLICITA APOIO INSTITUCIONAL AO DEBATE SOBRE O REGIME JURÍDICO DE USO E PRESERVAÇÃO DO SANTUÁRIO CRISTO REDENTOR.
- ✓ OFÍCIO 1569/26 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA QUE ENCAMINHA SUBSÍDIOS TÉCNICOS E MANIFESTAÇÃO QUANTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 213/2025 (PROTEÇÃO PATRIMONIAL VEICULAR).
- ✓ OFÍCIO 672/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU-SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.942/2025, EM TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, QUE PROPÕE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TURISMO - SENATUR, BEM COMO AO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, QUE VISA ACELERAR SUA TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL.
- ✓ OFÍCIO 236/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA- SP QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PL 5942/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL ALIEI MACHADO, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TURISMO - SENATUR E DO COMITÊ INTERSETORIAL DE INVESTIMENTO NO TURISMO.
- ✓ OFÍCIO 634/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR HUGO MOTTA – PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MERLONG SOLANO – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, E AO EXCELENTÍSSIMO

SENHOR LEUR LOMANTO JÚNIOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJ), PARA QUE SEJA CONFERIDA PRIORIDADE E CELERIDADE À TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5.814/2025, RECONHECENDO QUE A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA, INCLUSIVE POR MEIO DE MEDIDAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, REPRESENTA IMPORTANTE INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO PELO ELEVADO RISCO INERENTE ÀS SUAS FUNÇÕES E PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS DIARIAMENTE À SOCIEDADE BRASILEIRA.

- ✓ OFÍCIO 1349/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS - SP QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO CAMINHO DA FÉ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, ATUALMENTE EM DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI E DO RESPECTIVO DOSSIÊ DE REGISTRO, INICIATIVA COORDENADA PELA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CAMINHO DA FÉ, COM A PARTICIPAÇÃO DE MUNICÍPIOS, PESQUISADORES, INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E MILHARES DE PEREGRINOS.
- ✓ OFÍCIO 3321/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO PARA A APROVAÇÃO DO PL 2343/23, QUE TORNA DEDUTÍVEIS DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOAS FÍSICAS AS CONTRIBUIÇÕES FEITAS AOS FUNDOS CONTROLADOS PELOS CONSELHOS DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. O PRESENTE REQUERIMENTO FOI CERTIFICADO SOB O Nº 047/2026 - PROC. Nº 00405/2026, SEI Nº 021.00056/2026-91, DE AUTORIA DO VEREADOR ALDACIR OLIBONI, E FOI APROVADO PELO PLENÁRIO NO DIA 15 DE JULHO DE 2026, EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA REALIZADA DURANTE A 046ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA XIX LEGISLATURA.
- ✓ OFÍCIO 1033/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 5.814/2025 QUE MANIFESTA APOIO À VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA.
- ✓ OFÍCIO 115/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇAMBARÁ - RS QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 5122/2023, QUE DISPÕE SOBRE A LIQUIDAÇÃO, ANISTIA, RENEGOCIAÇÃO E REBATE DE DÍVIDAS ORIGINÁRIAS DE CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTORES, PECUARISTAS, PISCICULTORES, PESCADORES E

CARCINICULTORES, EM GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, BEM COMO ALTERA A LEI NO 14.554, DE 20 DE ABRIL DE 2023, QUE ALTERA AS LEIS NOS 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020, 14.166, DE 10 DE JUNHO DE 2021, 11.540, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007, E 14.042, DE 19 DE AGOSTO DE 2020, PARA TRATAR DO REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS E ALTERA A LEI NO 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989, A FIM DE SANAR OMISSÃO LEGISLATIVA.

- ✓ OFÍCIO 15/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO SUL - RS QUE ENCAMINHA REQUERIMENTO Nº 1821/2026, QUE REQUER MANIFESTAÇÃO DE PREOCUPAÇÃO QUANTO AOS IMPACTOS SOCIAIS CAUSADOS PELO VÍCIO EM JOGOS DE AZAR.
- ✓ OFÍCIO 523/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR QUE SOLICITA A DESBUROCRATIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA OS PRODUTORES RURAIS DO PARANÁ.
- ✓ OFÍCIO 214/26 DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA/SC, QUE SOLICITA UMA POLÍTICA QUE ASSEGURE O PREÇO MÍNIMO AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS.

OS DOCUMENTOS ENCONTRAM-SE NA SECRETARIA DA COMISSÃO, À DISPOSIÇÃO DOS PARLAMENTARES INTERESSADOS, QUE PODERÃO SOLICITAR CÓPIA.